



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1583355 - SP (2019/0274267-7)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : MARCEL VINICIUS DUARTE DE CARVALHO
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO PANSANI JUNIOR - SP332970
AGRAVADO : AGRICOLA CANAVIEIRA GUARESCHI & OLIVEIRA LTDA
ADVOGADOS : BASILEU VIEIRA SOARES - SP095501
LUÍS FERNANDO BONGIOVANI - SP131267
BASILEU VIEIRA SOARES JUNIOR - SP313031
BRUNO HENRIQUE SOARES - SP329483
AGRAVADO : MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A
ADVOGADOS : VICTOR JOSE PETRAROLI NETO - SP031464
ANA RITA DOS REIS PETRAROLI - SP130291
AGRAVADO : COFCO INTERNATIONAL BRASIL S.A.
OUTRO NOME : NOBLE BRASIL S.A.
ADVOGADOS : HÉLIO ALBERTO BELLINTANI JÚNIOR - SP146171
GABRIEL CESAR PEREIRA DE OLIVEIRA - SP425669
GIOVANA ALVES MESTRINARI - SP352993

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal.

Ação: de compensação por dano moral e reparação por dano material, ajuizada por MARCEL VINICIUS DUARTE DE CARVALHO em face dos agravados, na qual relata ser vítima de acidente automobilístico que resultou-lhe danos físicos e prejuízos materiais. Pleiteia reparação por dano material, bem como compensação por dano extrapatrimonial.

Decisão de admissibilidade do TJ/SP: inadmitiu o recurso especial por ser fundado em: i) não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados (incidência da Súmula 284/STF) e ii) incidência da Súmula 7/STJ.

ARESP de MARCEL VINICIUS DUARTE DE CARVALHO: não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do referido óbice: incidência da Súmula 7/STJ.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, majoro os honorários fixados anteriormente para 15% sobre o valor atualizado da causa, observada eventual concessão de justiça gratuita.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora